

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.915 - SP (2020/0257048-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : MUNICIPIO DE BARUERI
ADVOGADO : DANIELA VASCONCELOS FONTES - SP223686
AGRAVADO : ELDORADO INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA
ADVOGADOS : ODAIR DE MORAES JÚNIOR - SP200488
CYBELLE GUEDES CAMPOS - SP246662
AGRAVADO : ELDORADO INDUSTRIAS PLASTICAS LTDA - EM
RECUPERACAO JUDICIAL EM RECUPERACAO
JUDICIAL
AGRAVADO : RODINEI PAVAN
AGRAVADO : JOSE VALERIO DE SOUZA
ADVOGADOS : RODINEI PAVAN - SP155192
JOSÉ VALÉRIO DE SOUZA - SP022590

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por MUNICIPIO DE BARUERI contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

INDENIZAÇÃO OBRAS DE CANALIZAÇÃO DO RIO BARUERI MIRIM QUE RESULTARAM EM ALAGAMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL RESPONSABILIDADE DA PREFEITURA PERÍCIA JUDICIAL DE ENGENHARIA CONSTATOU O NEXO CAUSAL ENTRE AS OBRAS E O ALAGAMENTO PREJUÍZOS AFERIDOS POR PERITO CONTADOR VERBA HONORÁRIA MAJORADA INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 85 §3 III DO CPC SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA PARA ESSE FIM RECURSO DO PATRONO DOS AUTORES PROVIDO E NÃO PROVIDO OS RECURSOS OFICIAL E DO MUNICÍPIO DE BARUERI.

Quanto à controvérsia trazida aos autos, alega violação do dos arts. 379 e 471 do CPC, no que concerne à indevida análise da prova pericial, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Como se pode verificar a não apreciação de questões de suma relevância postas pelo senhor perito, implicam em cerceamento de defesa por parte da Municipalidade de Barueri, levando a uma decisão injusta que pode vir a comprometer todo o orçamento

municipal, já que no caso da manutenção do acórdão atacado indenização de grande monta deverá ser paga pelo ente público.

Para que reste evidenciado que a prova pericial trazida aos autos não foi suficientemente apreciada pelo juízo singular e pelo tribunal de origem é imprescindível comparação analítica que comprove a negativa de vigência de lei federal do quanto decidido no caso concreto. Vejamos.

[...]

O que se pretende alegar é que o precedente jurisprudencial acima transcrito, que envolveu as mesmas partes e situação fática semelhante demonstrou, acertadamente, a violação dos artigos 371 e 479 do CPC, pois a prova pericial que embasou a condenação do Município em primeiro grau apresentou fundamento incoerente com sua conclusão.

Baseado nesta premissa o Desembargador relator considerou que a prova pericial não continha elementos coerentes que justificassem a condenação da Municipalidade de Barueri e deu provimento ao recurso do ente público.

Tal acórdão se contrapõe frontalmente ao que restou decidido no acórdão atacado que entendeu estar presente o nexo de causalidade entre o dano sofrido pela empresa autora e as obras realizadas pela Municipalidade de Barueri, sem, contudo, analisar minuciosamente os pontos conflitantes expostos pelo senhor perito judicial já aqui mencionados.

A não apreciação adequada dos pontos expostos pelo nobre perito nos leva a concluir, de maneira equivocada e simplista, ser a responsabilidade do Município de Barueri objetiva, eis que presentes os requisitos para sua configuração. Entretanto, ao cotejarmos os elementos da prova pericial diante dos fatos concretos trazidos aos autos, verificamos que responsabilidade do Município deverá ser analisada sob o enfoque subjetivo devendo ser considerada a existência de culpa para sua configuração (fls. 4.207/4.209).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Em que pesem as alegações da Prefeitura de Barueri, restou comprovado nos autos o nexo de causalidade entre os danos sofridos pela autora e o fato causador, uma vez que ocorreram os prejuízos ao imóvel da apelada em decorrência das inundações noticiadas na inicial.

O laudo pericial de engenharia concluiu que "ainda que pese o fato de que a Prefeitura do Município de Barueri tenha realizado a canalização do Rio Barueri Mirim com o intuito de promover melhorias em sua infraestrutura viária e diminuir as inundações

que ocorriam com frequências no centro de Barueri, e assim beneficiar a população local, ao interromper a canalização à portas da ELDORADO INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA ela criou condições insatisfatórias e propícias para transbordamentos e enchentes nesse local em específico” (fls. 396).

Prossegue o perito afirmando que “com a condição crítica foi levada e direcionada a ocorrer mais a montante, ou seja, mais acima, junto às instalações da ELDORADO INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA”.

O perito observou também que a limpeza e desassoreamento do Rio Barueri Mirim não estão sendo feitos de forma eficaz (fls. 385).

Ou seja, o laudo pericial estabeleceu o nexo causal entre a obra de canalização efetuada pela Prefeitura e o alagamento ocorrido na instalação industrial Autora.

Vale ressaltar que a responsabilidade pela construção e manutenção das galerias de águas pluviais é da apelante e, não tendo se desincumbido do ônus de comprovar o funcionamento a contento de tal sistema, inegável o dever de indenizar o autor pelos prejuízos causados pela inundação.

Bem andou a sentença ao mencionar a sentença nos autos nº 0043364-32.2011.8.26.0068 em que se constatou que o Município de Barueri não possuía autorização para as obras de tamponamento do Rio Barueri Mirim (fls. 4.197/4.199).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente